



Direção boa, paquiderme lento

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

Avaliar é comparar com alguma referência. E como nesses assuntos a referência é vaga, as comparações acabam por refletir demais os humores do avaliador. Vesículas desarranjadas, ciúmes e antipatias ideológicas levam a notas baixas.

Avaliar o MEC e seu ministro é compará-lo com quê? Com os que passaram buscando no MEC uma passarela para a política? Com os que tentaram fazer política de arquibancada para agradar às massas? Com os que lá chegaram por engano? Desvalorizamos o ministro Paulo Renato comparando-o com performances tão pobres. O Ludwig foi um ministro de boa cepa mas encontrou um Congresso mais dócil, precária a comparação.

Comparando com nossa impaciência diante do serviço a ser feito, é inevitável que achemos magro o saldo do ano. Mas a nova América Latina é assim. Muda devagar, com muita conversa e no bojo de decisões onde participa o Congresso e onde os processos de mobilização social são vitais. É o modelo do Chile e está virando a marca registrada do nosso presidente. É estilo de país civilizado. Livramo-nos dos programas popularescos, concebidos na noite da véspera, implantados no dia seguinte e mortos de inanição em algumas semanas. Mas leva tempo livrar-nos da disfuncionalidade e rigidez das regras do serviço público e dos maus hábitos e cacocetes corporativistas adquiridos ao longo do tempo. No julgamento do desempenho de um ministro tem que entrar este complicador.

Vamos ao assunto. O MEC redefiniu as suas prioridades. Em definitivo, colocou à frente o Primeiro Grau, desastre nacional de proporções cataclísmicas. Isto é incômodo e requer desprendimento, pois o MEC não tem uma só escola de Primeiro Grau, ten-

do que agir indiretamente por via dos estados e municípios. E já sabemos que tentar meter o bedelho diretamente nestes níveis não funciona. Seu novo papel é de sinalizar, liderar e usar inteligentemente os seus dinheiros para fazer acontecer. E mais dinheiro está indo para o primário, estando previstos aumentos ainda maiores no bojo de um projeto que garante um teto mínimo de gastos para os municípios mais pobres. Igualmente corajoso é tentar transformar os balcões políticos do FNDE em um repasse automático de recursos para que os diretores das escolas possam cuidar de seus problemas cotidianos.

As idéias estão no lugar. Se o MEC supre livros, que cheguem na hora, sejam bem comprados e de qualidade razoável. Há progressos nesta área. O mesmo se dá com a merenda que se descentraliza de forma progressiva e diferenciada, atende mais alunos e cobre mais dias no ano.

Avaliação do ensino é o famoso termômetro da qualidade, sem o qual não sabemos se o paciente está com febre. O ministro herdou um sistema já iniciado e define para ele metas mais ambiciosas. Inevitavelmente, o início é lento. Mas parece que anda.

O ensino à distância é a novidade. Graças aos bons ofícios do presidente, este paisão de todo tamanho acorda para a geografia da distância. Já está no ar um canal de TV educativa com programas de formação de professores e se ampliará o Segundo Grau à distância em locais carentes de recursos. Já temos capacidade instalada e experiência na área. Falta só pisar no acelerador. Mas aqui a embreagem patina, e os pedagogos se perdem em discus-

sões filosóficas e falta de pragmatismo. O ensino superior à distância — às vezes chamado de Universidade Aberta — continua tabu. Tão atraente e, ao mesmo tempo, tão hostilizado pelos espíritos de porco.

O ensino médio parece que sairá do seu torpor. Os currículos enciclopédicos e a obsolescência do Segundo Grau estão na mira do ministro. Quem sabe passaremos a ter um secundário voltado para o fim do século XX e não para o fim do século XIX? Mas aí é para andar devagar mesmo. Não se faz esta faxina do dia para a noite.

As escolhas técnicas, sempre ambivalentes entre sua missão de atender às necessidades da indústria moderna ou preparar para o vestibular, poderão breve ter estas duas funções separadas. Quem quiser virar técnico de verdade, após o secundário pronto, irá cursar programas refletindo a demanda das indústrias. Quem quiser um ensino secundário primoroso, não terá que perder tempo com matérias técnicas que não lhe interessam.

O ensino superior, veterano derrubador de ministros, está à espera de algumas soluções que requerem mudança de legislação. O ministro herda um MEC pusilânime, incapaz de criar boas regras e de conter as soluções de varejo impostas pelo lobby competente das universidades públicas — que avançam nos dinheiros que a Constituição reserva para os outros níveis. Herda também um sistema orçamentário da União, onde tudo está amarrado e onde não há prêmios para o trabalho bem-feito e nem puxões de orelha para os vadios e mal-comportados. Herda igualmente a bomba-relógio

das aposentadorias prematuras. Herda o inchaço dos quadros de pessoal que dão ao Brasil o recorde mundial de 2,5 alunos para cada empregado da universidade, impedindo assim que se possa remunerar bem os professores. Aqui, as mudanças impientemente esperadas pela sociedade brasileira terão que vir de fora do MEC. Na maior parte dos casos, necessitam da bênção do Congresso. Mas do MEC deverá vir a liderança intelectual, com uma indicação clara dos caminhos a seguir. O ministro está apostando na autonomia das universidades como primeira providência de fundo. Se sair, será um grande passo à frente.

Um passo corajoso foi dado pela medida provisória que cria um sistema de testes para os graduados de algumas carreiras, com o objetivo de avaliar a qualidade dos cursos. Uma vez implantado, passará a ser possível ter para o ensino superior o que já se começa a ter para o Primeiro Grau e o que a Capes já vem fazendo para a pós-graduação. Assim como se sabe se o Flamengo está melhor do que o Fluminense, e que um mestrado está com nota "A", ficaremos sabendo quais cursos de medicina estão formando médicos que não merecem a nossa confiança para operar unhas encravadas ou trocar os encanamentos do coração.

Para resumir a conversa, parece que as direções estão certas e há avanços consideráveis em várias áreas. Mas o paquiderme é pesado e teimoso. No MEC, há muita gente dedicada tentando acertar, mas há os especialistas em colocar cascas de banana pelo caminho. Fazer coisa séria leva tempo. O Brasil está impaciente, mas melhor ter o princípio de soluções sérias do que remédios improvisados e efêmeros.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO é economista e chefe da divisão de programas sociais do BID.

É ESTILO DE PAÍS
CIVILIZADO.
LIVRAMO-NOS
DOS PROGRAMAS
POPULARESCOS